

PARECER Nº /2013

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI Nº 69/2013

AUTOR: PREFEITO DE UNAÍ

RELATOR: NETINHO DO MAMOEIRO

1. RELATÓRIO

De autoria do Sr. Prefeito, o Projeto de Lei nº 69/2013 tem a finalidade de autorizar o Município celebrar termo de transação extrajudicial com o Senhor Jose Batista dos Santos Furtado, para quitar débitos decorrentes de condenação em honorários advocatícios; bem como a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente.

2. Recebido e publicado no quadro de avisos em 12 de agosto de 2013, o Projeto de Lei sob comento foi distribuído à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, que o converteu em diligência no sentido de oficiar o Senhor Prefeito solicitando que ele fizesse cumprir as determinações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhando a esta Comissão o relatório de impacto financeiro e a declaração do ordenador de despesa, com vistas à instrução da matéria.

3. Em atendimento à citada diligência, o Senhor Prefeito encaminhou, por meio do Ofício de fl.13, a declaração do ordenador de despesa, de fl. 14, e o relatório de impacto orçamentário-financeiro de fls.15/19.

4. Em seguida, a matéria foi distribuída nesta Comissão, que me designou como relator para exame e parecer nos termos regimentais.

5. É o relatório. Passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

6. A competência desta Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “a” , da Resolução nº 195/92, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e **crédito adicional**, e contas públicas; (**grifou-se**)

(...)

d) repercussão financeira das proposições;

(...)

7. Conforme descrito no sucinto relatório acima, a intenção do Chefe do Executivo é obter autorização legislativa para o Município celebrar termo de transação extrajudicial com o Senhor Jose Batista dos Santos Furtado, para quitar débitos decorrentes de condenação em honorários advocatícios; bem como a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente, para fazer face a despesa decorrente do presente acordo.

8. Tendo em vista o princípio da legalidade, para que os acordos judiciais sejam realizados, é necessário que haja autorização em Lei. É esse o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que exarou consulta nos seguintes termos:

“Os agentes do Estado somente podem praticar atos para os quais estejam autorizados por norma válida. O poder de transigir ou de renunciar não se configura se a Lei não o prevê. O acordo judicial, portanto, é possível, desde que existente norma legal autorizativa.” (In Decisões em Consultas – Prejulgados, Florianópolis, Tribunal de Contas, 1998).

9. Ademais, é necessário que seja demonstrada a certeza da dívida e que o acordo resulte em vantagem para a administração, sob pena de haver responsabilização do agente, em razão da indisponibilidade dos bens e haveres públicos. Nessa linha, esclareceu o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Ibam – no Parecer n.º 2.372/2013:

“A administração não pode fazer qualquer acordo. Só são cabíveis aqueles que, representando dívidas inquestionáveis, atendam ao princípio da economicidade ou que resultem em evidente vantagem para o interessado público, sob pena de responsabilidade do agente, em razão do princípio da indisponibilidade dos bens e haveres públicos. As vantagens a serem obtidas pelos acordos devem estar acima de quaisquer dúvidas.”

10. Assim sendo, considerando que a autorização legislativa está sendo requerida, que a certeza da dívida foi confirmada na sentença anexa a este parecer e que o valor do acordo perfaz o menor valor contido nos embargos opostos, também anexos a este parecer, este relator não vislumbra nenhum impedimento para a aprovação do presente acordo.

11. Com relação ao pedido de autorização para abertura do crédito adicional especial ao orçamento vigente, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), este se torna necessário, conforme já dito, a fim de viabilizar o pagamento da despesa decorrente do presente acordo. Ressalta-se que o valor do crédito adicional é superior ao valor do débito em razão da incidência de correção monetária e de juros moratórios, considerando que o pagamento somente será efetivado a partir do mês subsequente à homologação judicial e tendo em vista que o valor original deverá ser atualizado desde o mês de março de 2013.

12. Com efeito, passa-se à análise de mérito da abertura do supramencionado crédito adicional especial.

13. Preliminarmente, esclarece-se que, conforme disciplinado no artigo 84, inciso XXIII, combinado com os artigos 165 e 166, §§ e incisos respectivos da Constituição Federal, a iniciativa das leis que tem a finalidade de abrirem créditos, autorizarem, criarem ou aumentarem a despesa pública é de competência exclusiva do Executivo.

14. A esse respeito os renomados J.Teixeira Machado Jr e Heraldo da Costa Reis citam:

(...) toda vez que ficar constatada a inexistência ou a insuficiência orçamentária para atender a determinada despesa, o Executivo terá a iniciativa das leis que autorizem os créditos adicionais, especiais e suplementares e, posteriormente à sua aprovação pelo Legislativo, efetivará sua abertura por decreto. ¹

15. Os créditos adicionais especiais, conforme disciplinado no artigo 41 da Lei nº. 4.320/64, são destinados a custear despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Para a abertura do referido crédito será necessária a indicação de um recurso disponível para cobrir a despesa que se pretende executar e de exposição justificativa.

16. Os principais recursos disponíveis para abertura de créditos suplementares e especiais estão descritos no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei nº. 4.320/64 e no parágrafo 8º do artigo 166 da CF/88, sendo:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las; e

V- os recursos que ficarem sem despesas correspondentes, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual. **(grifou-se)**

17. Com efeito, o Senhor Prefeito indicou no artigo 3º do projeto sob apreciação que o presente crédito será aberto utilizando-se um dos recursos disponíveis previstos no § 1º do artigo 43 da Lei nº. 4.320/64, o que não é suficiente, na opinião deste relator, pois deveria ter sido indicado objetivamente a fonte de recurso a ser utilizada na abertura do crédito.

18. Assim sendo e considerando que o Parecer nº 3/2013, da lavra do economista da Prefeitura Senhor Danilo Bijos Crispim, mencionou que o recurso a ser utilizado no pagamento da

¹ (A lei 4.320/64 comentada [por] J.Teixeira Machado Jr [e] Heraldo da Costa Reis. 31.ed.rev.atual. Rio de Janeiro, IBAM, 2002 /2003. p. 111).

despesa será decorrente da reserva de contingência destinada a cobrir passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos, com fulcro no artigo 147 do Regimento Interno desta Casa, propõe-se a anexa emenda modificativa com o fito de incluir no projeto a dotação a ser anulada para o pagamento do acordo em questão; resolvendo, assim, o impasse verificado.

19. Quanto à exposição justificativa para abertura do crédito sob exame, esta está evidenciada na Mensagem de encaminhamento deste projeto, que dispõe que a abertura do presente crédito visa viabilizar o pagamento das despesas decorrentes do acordo em questão.

20. Quanto aos aspectos de ordem orçamentária e financeira, conforme bem explicitado no Parecer n.º 3, de fls.15/19, o projeto sob apreciação não causará nenhum impacto ao orçamento vigente, haja vista a existência de saldo orçamentário positivo para cobrir despesa com passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos, consoante relatório de fl.19.

21. Ademais disso, o Senhor Prefeito, a pedido da Comissão de Justiça, encaminhou a declaração, à fl.14, de que o presente projeto é compatível com as peças orçamentárias vigentes.

21. Destarte, nada obsta à aprovação da abertura do presente crédito adicional especial.

3. CONCLUSÃO

22. Ante o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n.º 69/2013, acrescido da Emenda anexa, de autoria deste relator.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 20 de setembro de 2013.

VEREADOR NETINHO DO MAMOEIRO
Relator Designado

EMENDA N.º AO PROJETO DE LEI N.º 69/2013

O artigo 3º do Projeto de Lei n.º 69/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do exercício de 2013, até o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mediante a utilização dos recursos disponíveis de acordo com o § 1º, inciso III, do artigo 43, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial de recursos da dotação 02.05.04.99.999.9999.0014.9.9.99.99.99 – Reserva de Contingência – Fonte 100 – Recursos Ordinários.” (NR)

Unai, 20 de setembro de 2013; 69º da Instalação do Município.

NETINHO DO MAMOEIRO
Vereador/Relator